Luís Furtado Toma posse amanhã como presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros. Diz que falta estratégia nos cuidados primários da Região e que o Plano de Reestruturação de Saúde "não passou de um mero exercício de intenções"

População precisa saber que a falta de enfermeiros coloca em causa a sua segurança



Luís Furtado é o novo rosto da Ordem dos Enfermeiros nos Açores. Tomada de posse dos órgãos eleitos para o mandato 2016-2019 é amanhã

PAULA GOUVEIA
pgouveia@acorianooriental.pt

O que motivou a sua candidatura ao cargo?

A minha candidatura à presidência do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros resultou de vários fatores, conjugados numa equação que, no início não se revelou de fácil resolução, mas que no essencial se reduziu a duas dimensões principais: por um lado, ter sentido uma concertação séria e íntegra de vontades, no plano regional, de que o trabalho iniciado em 2012 na Região deveria ser prosseguido (embora com diferenças) e, por outro, porque intrinsecamente houve, da minha parte, uma tomada de consciência de que, para além da vontade que prevalecia naqueles que no meu grupo profissional me estavam mais próximos, também senti existir um sentido de dever e obrigação da minha parte para com a Enfermagem açoriana.

O trabalho que se desenvolveu a nível regional e a vontade de querer continuar a fazer diferente, culminaram na decisão de candidatar-me. Com o tempo, aquilo que foi uma ideia e uma vontade de poucos, acabou por dar origem a uma equipa da qual muito me orgulho e que suportou todos os níveis deste projeto, uma equipa representativa e proporcional.

Apresentou-se como candidato independente e é eleito, conjuntamente com o seu homólogo da Região Autónoma da Madeira, para trabalhar a nível nacional com uma Bastonária e com órgãos nacionais que não apoiou durante a campanha eleitoral. Como perspetiva as relações com Lisboa nos próximos quatro anos?

A este nível posso dizer que estou absolutamente tranquilo e perspetivo uma relação de cooperação e respeito institucional (não poderia ser de outra forma), até porque todos nós estamos empenhados no mesmo: na defesa da qualidade e da segurança dos cuidados de enfermagem e na salvaguarda dos interesses da profissão.

Desde o início deixei claro que, vencendo o ato eleitoral no plano regional, a minha disponibilidade para trabalhar com quem quer que viesse a ser eleito para os órgãos nacionais, e nas restantes secções regionais, era absoluta, trabalhando lado a lado com toda a estrutura da Ordem dos Enfermeiros nas matérias estruturantes e transversais à regulação da profissão, assumindo, ainda assim, um compromisso primeiro com os enfermeiros açorianos.

É tempo de se cumprir com o prometido e dotar os serviços do número mínimo necessário de enfermeiros

A votação que obtive a nível regional foi a mais expressiva (47%) entre todas as candidaturas que se apresentaram aos órgãos nacionais e regionais no país, e julgo que este facto merece uma reflexão por parte de todos os que agora se sentam à mesma mesa enquanto equipa que agora se constituiu, pelo que estou certo de que irá imperar o respeito pela vontade claramente expressa pelos enfermeiros açorianos, sem que haja a necessidade de impor vontades.

O meu entendimento é um e apenas um, os próximos quatro anos serão extremamente exigentes do ponto de vista da regulação; a alteração estatutária que nos foi imposta levanta questões muito relevantes para a profissão e obriga a Ordem dos Enfermeiros a produzir/alterar muitos dos documentos que suportam o exercício da profissão. Há muito trabalho a fazer e precisamos de serenidade para o levar a cabo. E estou certo que é na riqueza da partilha de diferentes pontos de vista que encontraremos as melhores soluções para a Enfermagem.

Quais os principais problemas que irá combater? E que projetos tem para o mandato que inicia amanhã?

A Região continua a debater-se com um problema sério de falta de enfermeiros nos quadros das instituições de saúde (setor público, privado e social) e a população açoriana precisa saber que a falta destes profissionais de saúde coloca em causa a sua segurança, para não falar da própria qualidade dos cuidados prestados (os enfermeiros são, antes de tudo mais, pessoas e a exigência sobre eles também tem um limite). No mandato que amanhã se encerra, no plano regional, foram celebrados importantes acordos de cooperação (Secretaria Regional da Saúde, Direção Regional da Saúde e Inspeção Regional da Saúde). Estas iniciativas, únicas em todo o país, continuarão a ser alvo de consolidação e aprofundamento ao longo deste novo mandato que agora se inicia. E indo ao encontro do anteriormente exposto, uma destas iniciativas diz respeito ao acordo publicamente firmado entre esta Secção e a Secretaria Regional da Saúde no âmbito das dotações seguras dos cuidados de enfermagem, pelo que, mais do que nunca, é tempo de se cumprir com o prometido e dotar os serviços do número mínimo necessário de enfermeiros para que se assegurem cuidados com níveis adequados de qualidade e segurança.

Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde não passou de um mero exercício de intenções

O que lamenta que ainda esteja por fazer na Saúde da Região?

Posso dizer que, neste momento, aquilo que mais lamento não ter sido alcançado foi a materialização/concretização do ambicioso programa de reestruturação do Serviço Regional de Saúde que, na minha opinião apresentava medidas válidas, exequíveis e que colocavam a sustentabilidade do sistema e a acessibilidade aos cui-

DIREITOS RESERVADOS



dados de saúde na primeira linha das prioridades (documento que mereceu atenção e uma tomada de posição pública por parte da Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros). Contudo, e infelizmente, não passou de um mero exercício de intenções, que deu origem à implementação de algumas das medidas propostas "aqui e acolá", mas que ficaram muito aquém do espírito que o documento evocava, uma vez que acabaram por não seguir qualquer fio condutor.

Lamento não ter sido conseguido um desígnio e uma orientação estratégica clara para os cuidados primários

A ausência de um desígnio e de uma orientação estratégica clara para os Cuidados de Saúde Primários na Região é outro aspeto que lamento ainda não ter sido conseguido; há muito a fazer nesta vertente, e os Enfermeiros são basilares. Há que assumir, e dar forma, a uma mudança de paradigma que há muito se apregoa mas que tarda em cumprir-se, é urgente investir na prevenção primária.

Por fim, a Rede Regional de Cuidados Continuados e Integrados cuja opacidade é tão grande que nos impede de perceber aquilo que efetivamente é, se é que é.

Que desafios tem o atual secretário regional da Saúde de superar?

O senhor secretário regional da Saúde terá sempre de superar os desafios que um setor complexo, dinâmico e fortemente espartilhado pelos interesses e pelas agendas dos diversos agentes apresenta, agendas e interesses estes que, frequentemente, não são convergentes e não elegem o superior interesse do cidadão como valor fundamental. O caminho aqui faz-se de algumas ruturas relativamente aos poderes instituídos, abalando o status quo, moralizando o sistema e procurando soluções nas quais todas as partes se sintam significativas para o todo que se pretende construir; nunca será uma boa opção aquela que procura dar resposta às vontades de uns em detrimento do envolvimento de todos, mais cedo ou mais tarde uma solução desta natureza tende a quebrar com prejuízo de todos.

O seu antecessor considerava que os serviços de saúde estavam excessivamente centrados nos médicos e nos tratamentos. O que tem a tutela de fazer para contrariar esta tendência?

Contrariar esta tendência implica, em primeiro lugar, uma tomada de consciência por parte da tutela de que os médicos não são os únicos agentes que operam no setor da saúde. Fazem parte de um intrincado e complexo sistema que os deveria reconhecer não como "o recurso", mas sim como "mais um recurso"; a sua escassez não deve criar espaço para um tratamento diferenciado em relação aos demais profissionais de saúde, nem tão pouco centrar o cerne da assistência em saúde na atividade deste grupo profissional, deve procurar-se a convergência para uma lógica de complementaridade e multiprofissionalismo. Este sentido de multiprofissionalismo preserva as diferenças técnicas entre profissionais que são, por definição, altamente especializados, ao mesmo tempo que diminui as desigualdades na valorização dos vários agentes, envolvendo todos no processo de tomada de decisão.

Os problemas financeiros nas unidades de saúde da Região (...) condicionam fortemente a acessibilidade aos cuidados de saúde

Em segundo lugar, e não menos importante, é preciso ter a coragem para desafiar o 'status quo'; e o exposto no parágrafo anterior só se consegue com coragem, mesmo que esta gere "grande lamento e ranger de dentes".

Os problemas financeiros nas unidades de saúde da Região estão a condicionar o acesso à saúde e aos cuidados prestados?

Os problemas financeiros nas unidades de saúde da Região, à semelhança do que acontece com a grande maioria das unidades públicas por todo o país, condicionam fortemente a acessibilidade aos cuidados de saúde por parte das populações.

Estes problemas devem-se à suborçamentação histórica do setor, ao aumento da procura por cuidados de saúde, à especialização e ultra especialização técnica, ao aumento da esperança média de vida e também ao aumento do número de pessoas portadoras de doença crónica (muitas das doenças que há uma década atrás eram consideradas mortais, são hoje condições crónicas, facto que contribuiu em boa parte para o aumento da despesa com os cuidados de saúde).

Estes fatores, associados à conjuntura económico-financeira que o país e a Região atravessam, aumentou fortemente a pressão sobre o prestador público de cuidados, ao mesmo tempo que políticas de contenção – frequentemente cegas e avulsas – obrigaram a um ajuste, nem sempre bem conseguido, na oferta de cuidados, dificultando inevitavelmente a acessibilidade das populações a estes cuidados.

Ainda a este propósito, não posso deixar de realçar o facto da Saúde na Região Autónoma dos Açores se revestir de uma exigência própria, do ponto de vista do financiamento e da sustentabilidade, para qualquer governante, uma vez que a dispersão geográfica, a condição insular e ultraperiférica do arquipélago coloca desafios únicos à forma como pensamos, projetamos e prestamos cuidados de saúde.

Onde deveria estar concentrado o esforço das políticas públicas para melhorar a saúde dos açorianos?

Mais do que nunca é necessário reorientar as prioridades do Serviço Regional de Saúde, e inevitavelmente, alocar mais meios (financeiros, humanos e materiais) para a prevenção primária, designadamente ao nível dos cuidados de saúde primários. Para este segmento do setor da saúde, deve haver um desígnio claro, um fio condutor e uma linha estratégica que suporte as medidas individuais que vão sendo tomadas, enquadrando-as num todo, ao contrário de medidas avulsas e desgarradas, implementadas apenas pela necessidade e urgência de apresentar trabalho feito, como foi o caso da criação dos Núcleos de Saúde de Familiar, que não serve os interesses dos cidadãos, mas que aparentemente serve os interesses de um grupo profissional com um eterno prurido sempre que se fala em Enfermagem de Família.

Agregar e concentrar recursos em instituições chave concorre para a garantia de cuidados de saúde com mais qualidade

Outro aspeto importante reside no facto de mais do que cada um, e refiro-me às disputas entre ilhas e dentro destas, entre municípios, defender o seu quintal e querer concentrar perto de si o maior número de valências possível (e à custa disto fizeram-se investimentos ruinosos que hipotecaram e endividaram o setor da saúde na Região para as próximas décadas), é imperativo informar e explicar às populações que agregar e concentrar recursos em locais/instituições chave concorre para a garantia de cuidados de saúde com mais qualidade, maior segurança e com menos custos para o contribuinte. Deve ser desincentivado o recurso à demagogia pela demagogia; a experiência diz-me que as pessoas apreciam e aceitam a verdade, mesmo que numa fase inicial ofereçam alguma resistência à mudança.♦

Entre a enfermagem e a gestão

Nasceu a 15 de maio de 1984 em Ponta Delgada. Licenciou-se em Enfermagem pela Universidade dos Açores (UAç) em 2007, obteve o Diploma de Estudos Especializados em Gestão de Empresas (Master of Business Administration) em 2008, e o grau de Mestre em Gestão em 2010, ambos pelo Departamento de Economia e Gestão da UAç.

É Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica pela Escola Superior de Enfermagem do Porto desde 2014. Exerce a sua atividade profissional no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPE desde 2008, estando, desde setembro de 2014, ligado à gestão do serviço. Colaborou com a então Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada entre 2008 e 2012. É autor, e coautor, de diversas publicações científicas e comunicações em eventos de natureza científica e profissional.